

Musicologia no Brasil, Hoje *

Rafael José de Menezes Bastos

O termo *Musicologia* é aqui empregado de maneira suficientemente ampla de modo a abarcar uma vasta gama de estudos sobre a música. Isto dentro de uma perspectiva acadêmico-científica que vai da Musicologia Histórica à Etnomusicologia e à Sociologia da Música, passando pelo Folclore Musical, pela História da Música, pela Estética Musical e por outros subcampos musicológicos das Ciências Humanas e Sociais. Fora de minha preocupação neste trabalho — que de forma alguma é bibliográfico —, fica apenas aquela produção musicográfica que, por demais *imersa* no seu próprio tema — a música —, não constitui, propriamente, inquirição musicológica. A este respeito, lembra-me, especialmente, a Crônica e a Crítica Musicais, de imenso valor, por outro lado, enquanto *objetos*, elas mesmas, da Musicologia.

Sabe-se muito bem da grande dificuldade que existe no sentido da delimitação rigorosa do que seja *conhecimento científico* por oposição a outros tipos de conhecimento. Esta dificuldade se torna especialmente aguda quando o campo a discriminar é o musicológico, congenitamente disperso no seio das Humanidades. Da mesma forma que não existe a música, enquanto objeto científico espontaneamente elaborado, não

tem existência também a Musicologia. Esta, como saber unificado, só poderá existir na medida do cumprimento da profecia de uma unificada Ciência do Homem. Penso, portanto, a Musicologia como Musicologias e isto não somente — é claro! — no que respeita ao Brasil. Segundo imagino, o *logia* aí se evidenciará a partir do espanto e do estranhamento que objeto e sujeito musicológicos se causem mutuamente. Fora deste enquadramento, não há Musicologia, mesmo, até, que se trate de fontes primárias, isto apesar do que disse o sábio francês Jacques Chailley.¹

Entender as Musicologias desta maneira significa querer compreendê-las enquanto particulares momentos dos diversos objetos das Ciências Humanas e Sociais, cada um deles construído de maneira específica. Originalmente, portanto, não há Musicologia, mas, isto sim, História, Sociologia, Antropologia Sócio-Cultural, etc.

No Brasil, convivem tradições musicais das mais diversas. Desde aquelas das cerca de cento e cinquenta tribos indígenas localizadas no País — e que constituem um verdadeiro planeta musical, ao nível do da África Negra — até a música artística de conformação européia-ocidental — medida de nossa alienação com relação ao

* Comunicação ao "Colloque sur l'Influence de la Méditerranée dans la Musique Populaire et Savante du Brésil", do "Festival Brésilien". Nice, de 18 a 23 de julho de 1984.

Oeste europeu. Isto tudo passando pelas músicas folclórica e popular urbana. Não constituirá exagero dizer que a música se estabelece, junto com a língua falada, como um dos primordiais discursos das diversas sociedades existentes no Brasil, expressão — ao mesmo tempo e, aparentemente, de forma contraditória — tanto da unidade quanto da diversidade nacionais. Sem dúvida alguma, esta unidade, no seu lado coercitivo, é de sabor europeu, português basicamente, mas também francês e italiano e, mais recentemente, americano.²

Apesar de toda esta riqueza, não existe ainda uma tradição musicológica no Brasil, academicamente estabelecida. As razões para esta situação são muitas e passam necessariamente pela própria natureza da universidade brasileira, periférica e profundamente desengajada do trato da realidade nacional. Por outro lado, no entanto, não se pode continuar a dizer que, a respeito das músicas brasileiras, permanecemos em *terra ignota*. Os esforços dos pioneiros bem como os recentes desenvolvimentos dos estudos musicológicos no País — nas mais diversas áreas acadêmicas — nos autorizam já a ter uma visão razoavelmente circunstanciada deste crucial tema brasileiro.

Entre os trabalhos dos pioneiros, vale a pena ressaltar, como característica geral, a separação tipológica que os orientam. Desta maneira, tradicionalmente temos no Brasil basicamente quatro campos musicológicos, correspondentes aos tipos linguístico-musicais “primitivo”, “folk”, “popular” e “artístico”. Quanto às musicologias dos dois primeiros tipos, é interessante notar suas raízes nos estudos de Folclore e, especificamente, na *Vergleichende Musikwissenschaft*. Praticamente não há Etnologia (Etnomusicologia) aqui. Quanto aos estudos sobre os dois últimos tipos, note-se que são fundamentalmente estudos de História da Música. De um lado, assim, o “primitivo” e o “folk”, o Brasil colonizado — Folclore. De outro, “popular” e “artístico”, colonizador — Histórico.

Entre os pioneiros e como, exatamente, exceções à regra da separação tipológica de que tratei acima, gostaria de aqui citar as obras de Luiz Heitor Correa de Azevedo e de Mário de Andrade. Andrade atravessa as fronteiras das músicas brasileiras, vendo-as antes como janelas privilegiadas no sentido de sua reinvenção poético-literária do País. Correa de Azevedo,

se se limita aos discursos musicais, o faz, no entanto, de maneira a reintegrar estas músicas num *continuum*, índice crucial de suas próprias relevâncias em termos sócio-culturais.³

Quanto aos pioneiros de produção tipologicamente mais específica, não se pode esquecer os nomes de uma Helza Camêu (músicas indígenas), uma Oneyda Alvarenga (folclórica), um Almirante (popular) e um Curt Lange (artística).⁴

A produção musicológica brasileira mais recente tem orientação completamente diferente daquela rapidamente acima levantada. Sintomático disto é que seu *locus* preferencial de origem não mais será o *conservatório* ou a *escola de música* — estabelecimentos via de regra isolados e ambíguos, em termos universitários, no Brasil, ou, mesmo, museus e arquivos particulares e estatais, como até então era o caso característico. A partir do início da década de 60, acontece, com a criação da Universidade de Brasília (UnB), uma séria tentativa de engajamento da universidade brasileira. No campo musicológico, tal fato resultou na criação do primeiro curso de graduação universitária em Musicologia no País, sob a direção do Prof. Régis Duprat, isto no Departamento de Música da UnB. Esta experiência, superada, infelizmente, pelos acontecimentos político-militares de 1964, foi, no entanto, definitiva. A partir daí, e tendo como marco temporal o final dos anos 60 e, especificamente, a década de 70, o que se viu foi a abertura dos departamentos universitários de Ciências Humanas e Sociais — não mais, note-se, os de música — para os estudos musicológicos. Isto, sobretudo, em nível de pós-graduação. Projetos de pesquisa em direção a dissertações acadêmicas começam a aparecer aqui, com objeto na música. Segundo penso, as áreas líderes deste processo são a Antropologia Sócio-Cultural, a Sociologia e a Política e a História, sendo também importantes a Teoria da Comunicação e Informação, a Estética e a Teoria Literária. Ao que parece, este engajamento significou o reconhecimento definitivo pelo estabelecimento universitário brasileiro — em áreas especialmente férteis — da relevância do discurso musical para o entendimento do Brasil.

Além desta característica, diga-se assim, institucional, dos modernos estudos musicológicos brasileiros, vale a pena também frisar que a separação entre as diversas musicologias aí geradas não mais será te-

mática, em termos de músicas "folk", "primitiva", etc. Agora a separação será muito mais teórico-metodológica, com base na original separação entre as diversas ciências humanas e sociais, cada uma delas construindo o objeto científico à sua maneira.

Como referência para reflexão, rapidamente analisarei agora algo da produção musicológica dos cinco seguintes campos: Antropologia Sócio-Cultural, Sociologia e Política, História, Comunicações e Teoria Literária.

Seguramente, um dos campos mais férteis da Antropologia Sócio-Cultural no Brasil é o constituído pelos estudos de contato entre índios e brancos. Originalmente sob inspiração culturalista — através, por exemplo, da obra de um Eduardo Galvão — estes estudos sofreram, a partir dos anos 60, um forte redirecionamento sociológico com as contribuições de Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira. A temática primordial aqui é a teia de relações índios e brancos no Brasil, levantada com base na investigação das suas concretas relações sociais, políticas e econômicas.⁵

Esta matriz teórica se mostrou tão fértil que foi capaz de produzir estudos e pesquisas com as mais diferentes temáticas, sendo no seu bojo — sob a chave de leitura, agora, da etnicidade — que aparecem os primeiros trabalhos etnológicos sobre a música no Brasil. Isto começa em fins dos anos 70, estando, no presente momento, em pleno processo de desenvolvimento. Gostaria de citar, desta vertente, os projetos de Elizabeth Travassos Lins (do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro), sobre a música dos índios Kayabí do Alto-Xingu, e de Priscilla Barrak Ermel (da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), sobre a dos índios Cinta Larga, do Aripuanã. Meu próprio trabalho aqui também se inclui.⁶

Não se esgota aí, no entanto, na temática indígena, a perspectiva do atual labor músico-anropológico no Brasil. Há estudos na área da música popular urbana e folclórica. Entre os primeiros, refiro especialmente o de Mundicarmo Ferretli (da Universidade do Maranhão), sobre o baião de Luiz Gonzaga e sua "modernização" nos anos 80. Eu mesmo tenho feito alguma coisa com a temática também da música popular urbana. Entre os segundos,

está a investigação de Carlos Alberto Farias Galvão (da Universidade da Paraíba), sobre a música rural nordestina.⁷

O que parece especialmente fertilizar esta área de estudos musicológicos é a natureza da inquirição antropológica original, de valorização ao extremo do modelo nativo. Tal perspectiva tem se evidenciado concretamente pela pesquisa rigorosa, pelo observador, de como as sociedades objetos de abordagem conceituam o domínio musical.

No campo da Sociologia e da Política, o estudo da música das populações marginalizadas — sobretudo as "suburbanas" — tem constituído temática de extrema importância. Nesta moldura, inscreve-se a investigação de Waldenir Caldas (da Universidade de São Paulo), sobre as chamadas músicas sertaneja e caipira. As problemáticas da dominação e subordinação e sujeição, bem como da alienação são aqui cruciais. Note-se que o enfoque dos textos lingüísticos ("letras") das canções é elemento de valor estratégico para estas pesquisas.⁸

No campo da História, registre-se o trabalho do Prof. Régis Duprat (da Universidade do Estado de São Paulo — UNESP), inicialmente sobre a música eclesiástica em São Paulo. Mais recentemente, o Prof. Duprat tem feito importantes estudos sobre formações musicais urbanas antigas brasileiras, abordando gêneros como o maxixe, a polca, etc., em cidades interioranas do Estado de São Paulo. A rigorosa análise das fontes bem como a reconstituição criteriosa de partituras têm tornado possíveis a este projeto experiências de reconstituição sonora — fonograficamente documentadas — da mais alta relevância.⁹

No âmbito dos estudos de Comunicações, a contribuição de Augusto de Campos tem sido fundamental. Sua análise da Bossa Nova e do Tropicalismo, valorizando ao extremo a postura "revolucionária" dos músicos envolvidos nestes movimentos musicais, constitui passos definitivos no sentido do entendimento das ideologias das elites intelectuais brasileiras. A questão das relações de produção dentro do estabelecimento músico-industrial brasileiro é central para esta tendência.¹⁰

Para finalizar, e dentro do campo da Teoria Literária, lembro o trabalho de Affonso Romano de Sant'Anna. Este trabalho constrói por assim dizer, um profícuo deslocamento do enfoque dos tradi-

cionais estudos sobre a Poesia no Brasil, eleitos agora os textos lingüísticos ("letras") das canções populares urbanas como objetos preferenciais de análise. O tema do "Modernismo" brasileiro e de seus reatamentos na música urbana de vanguarda é de importância estratégica para este trabalho.¹¹

Do rápido exame acima realizado, o que se pode concluir é que as musicologias no Brasil, da fase pioneira até a atual, sofreram uma reelaboração profunda. Tal reelaboração está claramente sintomatizada já pelo plano do *locus* institucional; do conservatório, museu ou arquivo para os departamentos universitários de Humanidades. Acredito que tal mudança corresponde a uma maior fidedignidade de abordagem, sem dúvida alguma espelhando o reconhecimento da música como discurso fundamental da(s) sociedade(s) brasileira(s). É de se notar, assim, que o que constituíam ilhas musicológicas — e, pois, sociológicas — passou a ser visto como instantes e momentos de uma grande malha de relações sociais, políticas e econômicas, com os correspondentes planos culturais subjacentes. O isolamento cedeu lu-

gar à relação, o que, se ainda não se sente por completo, começa a ser desencadeado. Recentemente, diversas universidades brasileiras têm promovido encontros e seminários sobre as diversas músicas do País, onde se tentam superar as fronteiras departamentais e, assim, ao menos tentativamente, construir pontes entre as posturas etnomusicológica, histórico-musicológica, sócio-musicológica, etc. Sem dúvida alguma que o País agora parece maduro para uma definitiva consolidação acadêmico-universitária de uma Musicologia do Brasil congenitamente interdisciplinar.¹²

Segundo penso, as questões cruciais de relacionamento entre os planos de expressão (fonológico e gramatical) e de conteúdo (semântico) da música são de importância original no sentido dessa consolidação. Neste caminho, acredito a postura antropológica indispensável, ela que — mais que qualquer outra — permite uma maior fluência na viagem do modelo do observador ao do nativo, e vice-versa.

(Recebido para publicação em novembro de 1990)

Notas

1. Conforme Chailley, ed. (1958: Introdução).
2. Tratei deste tema em Menezes Bastos (1982).
3. Conforme, por exemplo, Andrade (1962, 1965) e Correa de Azevedo (1956).
4. Veja, respectivamente, Camêu (1977), Alvarenga (1960), Almirante (1977) e Lange (1966).
5. De Galvão, veja (1979), Ribeiro, (1979), Cardoso de Oliveira (1976).
6. Conforme Lins (1984), Ermel (1981) e Menezes Bastos (1978).
7. Veja Ferretti (1983), Menezes Bastos (1977) e Trajano Filho (1984). Quanto ao trabalho de Farias Galvão, não tenho condições de referi-lo.
8. Conforme Caldas (1977).
9. Para um excelente resumo da obra de Régis Duprat, conforme o verbete de seu nome constante em Marcondes, ed. (1977).
10. Veja Campos (1974).
11. Conforme Sant'Anna (1978).
12. Sobre esses encontros, conforme Reis, org. (1984).

Bibliografia

Almirante, F. Alves
1977. *No tempo de Noel Rosa*, 2.^a ed., Rio de Janeiro.

- Alvarenga, Oneyda
1960. *Música Popular Brasileira*. Rio de Janeiro, Globo, 1960.
- Andrade, Mário de
1962. *Ensaio sobre Música Brasileira*. São Paulo, Martins, 1962.
1965. *Aspectos da Música Brasileira*. São Paulo, Martins, 1965.
- Caldas, Waldenyr
1977. *Acorde na aurora: música sertaneja e indústria cultural*. São Paulo, Nacional, 1977.
- Camêu, Helza
1977. Introdução ao estudo da música indígena brasileira. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1977.
- Campos, Augusto de
1974. *Balanço da Bossa e outras bossas*. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- Cardoso de Oliveira, Roberto
1976. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo, Pioneira, 1976.
- Chailley, Jacques, ed.
1958. *Précis de musicologie*. Paris. PUF, 1958.
- Correa de Azevedo, Luiz Heitor
1956. *150 Anos de Música no Brasil (1800-1950)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.
- Ermel, Priscilla Barrak
1981. A música da sociedade indígena brasileira: função e estrutura de uma linguagem (projeto de pesquisa). Datilografado, 1981.
- Ferretti, Mundicarmo Maria R.
1983. Na batida do baião, no balanço do forró: a música de Zedantas e Luiz Gonzaga no seu contexto de produção e sua atualização na década de 70. Dissertação de mestrado, Programa de Mestrado em Ciências Sociais-Antropologia, UFRGN, 1983.
- Galvão, Eduardo
1979. *Encontro de Sociedade: Índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- Lange, Curt
1966. A organização musical durante o período colonial brasileiro. Separata do volume 4 das *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra, 1966.
- Lins, Elizabeth Travassos
1984. Xamanismo e música entre os Kayabi. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, 1948.
- Marcondes, Marcos Antônio, ed.
1977. Enciclopédia da música brasileira, erudita, folclórica e popular. São Paulo, Art. 2 volumes, 1977.
- Menezes Bastos, Rafael José de
1977. Situación del músico em la sociedad, in *América Latina en su música*, I, pp. 103-138, 1977.
1978. *A Musicológica kamayurá: para uma Antropologia da Comunicação no Alto Xingu*. Brasília, Fundação Nacional do Índio, 1978.
1982. Musique et société au Brésil: Introduction au langage musical brésilien. *Cultures*, 7(2):54-73, 1982.

- Reis, Sandra Loureiro de Freitas, org.
1984. I.º Encontro Nacional de Pesquisa em Música, relatório. Belo Horizonte, Imprensa Universitária da UFMG, 1984.
- Ribeiro, Darcy
1979. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis, Vozes.
- Sant'Anna, Affonso Romano de
1978. *Música popular e moderna poesia brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1978.
- Trajano Filho, Wilson
1984. *Músicos e música no meio da travessia*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UnB, 1984.